

Obs: Caso não seja notificado/a no prazo de 15 dias, agradecemos que contate os nossos serviços

Telf: 296 308 000 – E-mail: info.sercat@azores.gov.pt

EXMO/A/ SENHOR/A

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO

E ARBITRAGEM DE PONTA DELGADA

Requerimento para tentativa de conciliação entre:

REQUERENTE / TRABALHADOR/A: _____

_____, nascido/a ____ / ____ / ____

residente na _____,

concelho de _____, código postal _____

Telefone / Telemóvel: _____ E-mail: _____

Associado de sindicado: Sim Não

Sindicato: _____

REQUERIDO/A / EMPREGADOR/A: _____

com sede/domicílio na _____

concelho _____ código postal _____

Telefone / Telemóvel _____ E-mail: _____

com a atividade de _____

Início do contrato de trabalho: ____ / ____ / ____

Data de cessação / termo do contrato de trabalho: ____ / ____ / ____

Contrato de Trabalho: Permanente/Efetivo A termo Outro _____

Profissão / Categoria profissional: _____

Remuneração: Mensal € _____ Semanal € _____ Diária € _____

INFORMAÇÃO SOBRE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

De acordo com a legislação aplicável, constitui dado pessoal a informação, em qualquer suporte (físico ou tecnológico), relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (titular dos dados), incluindo o nome, número de identificação civil e fiscal, dados de localização ou outros elementos que permitam chegar à identificação dessa pessoa singular.

Tratamento e Conservação de Dados

As operações de tratamento de dados pessoais estão fundamentadas no consentimento do titular, na sequência do pedido de realização de tentativa de conciliação, sendo realizadas pela Comissão de Conciliação e Arbitragem de Ponta Delgada exclusivamente para efeitos de processamento e gestão do processo, de acordo com os termos gerais da Política de Proteção de Dados acessível em <https://portal.azores.gov.pt/web/srjqpe/-/privacidade-e-prote%C3%A7%C3%A3o-de-dados-pessoais-1> e com os termos específicos da Ficha de Informação sobre Tratamento de Dados que se encontram disponíveis no Balcão de Atendimento da Direção Regional de Qualificação Profissional e Emprego.

Direitos do titular relativos aos seus dados pessoais

Nos termos da legislação aplicável, o titular tem o direito de solicitar: informação acerca dos seus dados, designadamente do seu processamento e da(s) finalidade(s) subjacente(s) ao tratamento, a correção ou a atualização de qualquer dado, a portabilidade dos seus dados num formato aberto, a limitação e a oposição ao tratamento e o apagamento dos dados no caso da(s) finalidade(s) para que os mesmos foram fornecidos o permita legalmente, mediante pedido escrito dirigido a esta entidade para o endereço de correio eletrónico epd.srjqpe@azores.gov.pt. Estes direitos poderão, contudo, estar sujeitos a certos limites legalmente previstos, conforme o artigo 23.º do RGPD.